

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

BEATRIZ CAROLINE RODRIGUES

A SOBREVIVÊNCIA À MORTE:
Uma análise sobre registros traumáticos

PORTO ALEGRE

2021

BEATRIZ CAROLINE RODRIGUES

**A SOBREVIVÊNCIA À MORTE:
Uma análise sobre registros traumáticos**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Amadeu de Oliveira Weinmann

PORTO ALEGRE

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio. A minha vó Vaneci, pelo imenso carinho e cuidado durante toda a minha vida; seu amparo sempre me deu forças para continuar. Obrigada pelos inúmeros sacrifícios que possibilitaram a concretização de um sonho feminino transgeracional: a conquista da independência através do estudo. Ao meu vô Loir, por sempre ter me inspirado a questionar a vida, buscar conhecimento e não ceder ao conformismo. Obrigada por mover mundos em prol do meu bem-estar; foi te observando que aprendi o que é o altruísmo.

Agradeço a minha mãe Tatiane, que acreditou no meu potencial antes mesmo de me conhecer como um ser constituído, que acreditou em mim quando nem eu acreditava. Obrigada por ter possibilitado esse momento através de tanto esforço e autodoação. Obrigada por persistir e resistir desde sempre, por ter encontrado forças para superar desafio atrás de desafio. Obrigada por nunca ter perdido a esperança, por ter acreditado que um dia tudo daria certo (e não é que deu?) e por ter transmitido isso a mim. Obrigada pelas longas conversas e devaneios, que sempre me ajudaram a encontrar respostas... ou ao menos a aquietar minha desordem mental.

Ao Fernando -atribuir um parentesco a você seria reduzir sua importância-, que sempre valorizou, apoiou e possibilitou meu engajamento acadêmico; ter você como inspiração trouxe sentido para todos os esforços. E não menos importante, a Leprechaun, meu gato, que tornou mais aconchegante e menos solitária a escrita deste trabalho.

Ao Amadeu, por ter acreditado em mim e nas minhas ideias, sempre me dando liberdade criativa e autonomia para exercer minhas reflexões. Obrigada pela total compreensão das dificuldades enfrentadas pela exaustão de um grande período de isolamento social. Obrigada pela escuta sensível, permeada sempre por respostas sábias, que me traziam conforto diante do grande abismo dos meus anseios. A sua paciência e acolhimento foram essenciais para tornar o processo de escrita menos angustiante e mais agradável.

Aos meus amigos, sempre dispostos a ouvir minhas inquietações e preocupações. Agradeço pelas palavras, risadas, companhia. Obrigada por terem tornado todos os momentos dessa jornada mais leves, mesmo os mais desesperadores. Sinto falta de estar mais com vocês!

À equipe do CISAME/Pronto Psiquiatria, que me acolheu por dois longos anos, sempre fazendo com que eu me sentisse querida e pertencente. Obrigada pelo carinho, pelos

aprendizados e pela oportunidade de me reconectar com a origem da minha paixão pela psicologia. Vocês foram responsáveis por eu ter encontrado o meu lugar nesta profissão, por fazerem meus olhos brilharem toda a vez que falo dela. Obrigada por acreditarem em mim!

Aos pacientes que tiveram a confiança de compartilhar suas vidas comigo, mesmo diante da pouca experiência. Em especial à Vania, que possibilitou a criação deste trabalho, dividindo comigo seus registros. Cada agradecimento que recebi de vocês foi precioso, me fazia ter convicção de que estava no caminho correto e de que havia acertado na minha escolha profissional. Foi com vocês que pude aprender. Aprender sobre o fazer psi e sobre as minhas capacidades. Obrigada a cada um de vocês que, talvez mesmo sem saber, foi responsável por me construir como psicóloga e como humana.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos seus membros, em especial, ao Instituto de Psicologia. Obrigada por todo o trabalho incessante, que possibilitou a realização de um sonho.

Agradeço a todos que de alguma forma participaram da minha jornada, plantando em mim sementinhas de autoconfiança, que me deram coragem para acreditar na minha capacidade e não desistir. Este trabalho contém um pedacinho de cada um de vocês!

“[...] não esquecer dos mortos, dos vencidos, não calar, mais uma vez, suas vozes.”

Jeanne Marie Gagnebin, 2006

“Talvez nada mais atroz e insuportável para os vivos do que os mortos sem nome; poderiam insinuar que suas vidas não valem um centavo.”

Luis Campalans, 2020

RESUMO

O trauma é um processo capaz de deixar cicatrizes no psiquismo dos sobreviventes. Para conseguir atenuar o sofrimento decorrente dessa marca, o ser humano lança mão de diversos mecanismos tentando tentar reelaborar a vivência traumática sofrida. Dentre as formas mais habituais de reelaboração, encontra-se o testemunho. O ato de testemunhar pode se dar através de diversas formas de expressão, seja pela simples narrativa oral ou pela demonstração de qualquer manifestação artística, como literatura, música, pintura entre outras. Neste trabalho, busca-se entender a motivação por trás da *escolha* da tentativa de resolução traumática através da escrita de registros. As articulações teóricas são fomentadas por um material redigido pela paciente Vania, que refletem a importância do olhar do Outro e da eternização da memória para a construção de um processo terapêutico.

Palavras-chave: trauma; testemunho; escrita; registro; psicanálise.

SUMÁRIO

1 VANIA E AS <i>OUTRAS VANIAS</i>	8
2 TRAUMA. ESCRITA. TESTEMUNHO.....	11
3 CLÍNICA DO TRAUMA	14
3.1 O trauma para Freud.....	14
3.2 O trauma para Ferenczi	16
4 O OLHAR DO OUTRO	18
5 A MEMÓRIA PARA ALÉM DA MORTE.....	22
5.1 Imortalidade Simbólica	23
5.2 Segunda morte	24
6 RASTROS E (IR)RESOLUÇÕES	26
7 REFERÊNCIAS	27

1 VANIA E AS OUTRAS VANIAS

Em meu percurso acadêmico, me deparei com o que seria o disparador do meu tema de trabalho de conclusão de curso, mesmo sem a princípio saber. No início de 2020, realizando estágio em uma internação psiquiátrica, recebi o caso de Vania¹ para acompanhar. Vania era uma mulher branca, 44 anos, que apresentava sintomas depressivos e ansiosos. Estava em seu segundo casamento e possuía 3 filhos de um relacionamento anterior. Era natural do interior do Rio Grande do Sul e estava realizando sua primeira internação psiquiátrica, de forma voluntária. Atribuí o início desses sintomas a quando seu pai, acamado, precisou morar com ela, cerca de um ano antes da internação. Mesmo doente, o pai tentou abusar sexualmente de Vania, trazendo todas as recordações de abusos anteriores cometidos por ele.

As figuras paternas e maternas geralmente são associadas à segurança, à proteção. Mas, no caso de Vania, os que deveriam proteger tornaram-se, respectivamente, um abusador de seu corpo e uma agente negligenciadora das violências. Aos 11 anos, Vania sofreu o primeiro de muitos abusos sexuais de seu pai. No dia seguinte ao ato, a menina foi vista chorando pela mãe e, ao ser questionada sobre o que havia acontecido, recebeu a dura resposta de que a culpa era sua. Além dos abusos sexuais, o pai sempre bateu e maltratou Vania e os irmãos. A paciente relatou que eles nunca podiam sentar à mesa, comiam junto com os cachorros e chegaram a dormir sem roupa alguma, trancados fora de sua casa durante o inverno. O pai por vezes estava bêbado. Já a mãe submissa tentava sempre amenizar a situação menosprezando as violências e defendendo o agressor. Vania fugiu de casa aos 14 anos, porém conta que sempre se sentiu atormentada por esse sofrimento, assim como seus irmãos. Inclusive, atribuí o suicídio de um deles a todos os maus tratos sofridos.

Em 2019, seu pai adoeceu e precisou de cuidados intensivos. Nenhum dos irmãos aceitou levá-lo para casa. Vania foi incumbida desta responsabilidade, apesar de tentar negá-la diversas vezes. Ela diz ter cuidado muito de seu pai, levado ao médico, o ajudado a se aposentar, custeado todos os gastos. Certo dia, seu pai, a quem ela se referia como monstro, insistiu para que ela olhasse o que seria uma íngua em sua virilha. Ao se recusar, Vania ouviu dele a seguinte frase: ‘Quando você era criança, você fazia. Agora tem que fazer de novo.’ Ela pediu ajuda dos irmãos, mas todos se recusaram. Em julho de 2019, seis meses após a nova tentativa de violência sexual, Vania levou a público os abusos e decidiu denunciar seu

¹ Nome fictício a fim de preservar a identidade da paciente.

pai. Moveu então um processo contra ele, além de tê-lo colocado - e custeado sua estadia - em uma casa de idosos.

Diante de todos os acontecimentos, Vania relata ter crises de choro e pânico todos os dias, não conseguia mais trabalhar, sair de casa, ficar sozinha, sentia-se “*um lixo, sem forças e sem vida, não conseguia se cuidar e havia perdido a vontade de viver*” (Vania, 2019)². No dia em que completaria 20 anos do suicídio de seu irmão, Vania anunciou em seu *Facebook* que iria tirar sua vida, mas foi contida a tempo por seu marido. A partir desse anúncio, que deixou muitos de seus conhecidos preocupados e surpresos ao mesmo tempo, Vania decidiu levar a público toda a sua história. Dia após dia publicava em sua rede social parte do que havia sofrido. Toda essa mudança em sua rotina e o reencontro com memórias e (re)vivências de traumas trouxeram, nas palavras da paciente “*um sentimento de vazio, solidão, desânimo, fazendo com que não conseguisse sair de casa, precisando abandonar o trabalho. Além disso, não conseguia se sentir íntima do atual marido*” (Vania, 2019).

Vania esteve internada durante 30 dias, nos quais recebeu amparo de psiquiatra, terapeuta ocupacional, serviço social, educador físico e atendimento psicológico duas vezes por semana. No total, foram realizados 10 atendimentos psicológicos antes de sua alta, que foi dada pelos princípios legais, a partir da Resolução nº 11 do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU), que determina o custeio integral dos planos de saúde por, pelo menos, 30 dias, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise (Agência Nacional de Saúde Suplementar, 1998). Após esse período, o custeio só será mantido através de uma severa análise de documentos médicos para não ferirem a Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, grande avanço na reforma psiquiátrica (Brasil, 2001).

Apesar de querer permanecer internada por mais tempo, Vania recebeu alta, já que não estava em período de crise e não poderia custear sozinha, ou com coparticipação, um período maior de internação. A paciente afirmou que assim que o período de carência do plano se esgotasse, ela procuraria novamente a clínica para efetuar uma nova internação, pois afirmava que precisava de mais tempo sob tais cuidados para se sentir melhor, já que havia

² Os registros estão em domínio público (Facebook), dispensando a autorização de Comitês de Ética para serem utilizados e citados neste trabalho. Entretanto, a fim de preservar a identidade da autora, o endereço eletrônico das publicações, seu nome, nome de usuário, cidade e qualquer informação que remeta a sua identificação foi suprimida, modificada ou substituída. Os trechos apresentados são uma cópia exata da escrita de Vania, sem nenhuma alteração ou correção ortográfica e gramatical.

diversos assuntos que não teve tempo de trabalhar nas sessões de psicoterapia. Até a escrita deste trabalho, Vania não retornou para a internação, fazendo ressoar diversas dúvidas sobre o motivo. Seria por uma pandemia ter se instaurado? Ou talvez por uma melhora? Pelo encontro de atendimentos ambulatoriais? Ou por uma temida piora?

Fato é que os encontros com Vania trouxeram uma densidade de materiais a serem trabalhados. Além dos nossos encontros, Vania me presenteou – somente hoje o termo *presentear* veio a fazer real sentido no meu percurso – com um compilado de postagens que havia feito em seu *Facebook*, detalhando para o público toda a história de abusos que sofreu com seu pai. De forma bastante despreziosa, Vania exaltou em nosso último encontro: “*futuramente você poderá fazer um trabalho sobre tudo isso*”. Cá estou eu, tentando entender a atitude de Vania em postar publicamente seu registro traumático, em posteriormente me entregar e ainda sugerir a escrita de um trabalho. Diversas *outras Vanias* demonstraram o mesmo comportamento ao longo da história, como podemos evidenciar através da literatura de testemunho e de nossas vivências pessoais.

2 TRAUMA. ESCRITA. TESTEMUNHO.

Escritos carregam consigo sempre muitas informações, sejam elas sobre acontecimentos externos (fictícios ou não) e/ou sobre o mundo interno do próprio autor. A partir da Segunda Guerra Mundial, a chamada “literatura do Holocausto” foi responsável por uma noção fundadora do testemunho, emblematicamente pelos relatos dos sobreviventes. Obras como *O diário de Anne Frank*, *Os afogados e os sobreviventes*, de Primo Levi, e *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos relatam experiências e memórias traumáticas, que são atualmente consideradas como parte da “literatura de testemunho” (Salgueiro, 2012). “A literatura de testemunho pode ser entendida como uma forma de recriação de mundos baseados em experiências memorialísticas de sujeitos que testemunharam, de alguma forma, um evento histórico” (Maciel, 2016, p. 75). É importante salientar que, somente a partir dos anos de 1960, com o julgamento de Adolf Eichmann (ex-oficial nazista), em Jerusalém, descrito por Hannah Arendt, é que ocorreu a chamada emancipação do testemunho, como ressalta Ribeiro (2010):

Emancipação porque o espaço do tribunal que julga Eichmann, ao dar, desta vez, maciçamente a voz às vítimas (mais de cem sobreviventes comparecem como testemunhas) e ao dar a essa voz uma absoluta centralidade, oferece, do mesmo passo, a possibilidade de encontrar um modo de enunciação público para uma memória mantida até então no espaço do privado. (p. 17)

Assim, pode-se afirmar que literatura do testemunho é uma das formas de manifestação para os relatos de violência sofridos pelos autores, mas “cabe mencionar que o testemunho abrange inúmeras outras formas de expressão, como memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções, etc.” (Salgueiro, 2012, p. 286). De modo geral, “o testemunho é uma possibilidade de apresentar relatos com um peso traumático e inarrável, levantando questões e dando voz às narrativas de minorias, de sobreviventes de holocaustos e de outras formas de genocídio, repressão e violação dos direitos humanos” (Maciel, 2016, p. 75).

Entretanto, eventos traumáticos podem também se desenvolver em um ambiente micro, causados por um fator externo como um abuso, ou até mesmo por um fator interno, como depressão. Mesmo não tendo o caráter de literatura e não contextualizando um evento histórico de grande magnitude, esses escritos continuam a constituir testemunhos. E, como Antonello (2016) ressalta, “as contribuições que as narrativas dos sobreviventes de acontecimentos traumáticos trazem à clínica não são menos importantes” (p. 14).

Antonello (2016) ainda acrescenta que o ato de escrever colabora com a criação de um destino para as impressões sensíveis indomadas das vivências dolorosas, usando a figurabilidade e a repetição, assim como no jogo Fort-Da³. A literatura do testemunho teria a mesma potência de tornar agente ativo quem foi passivo do trauma, revivendo sua experiência através da escrita. Testemunhar é dar voz aos momentos de silêncio e impotência.

Mais além da própria experiência de passividade e atividade, é possível pensar em um âmbito de projeção. Isto é, a escrita traz a possibilidade de compartilhar experiências, a fim de que alguns aprendizados possam ser transferidos e, portanto, alguns males evitados. Quando Vania (2019) escreve “*penso que hoje, minha existência apenas acontece, porque estou encontrando forças para escrever e quero que estes escritos ajudem crianças, adolescentes, jovens e até mesmo adultos que sofreram e sofrem as coisas que eu e minha família sofremos*” ela está dando uma função a sua escrita. Agora, suas palavras servem também como um agente ativo para o destino de outras pessoas que terão contato com seu material.

Além disso, “repetir os acontecimentos traumáticos via escrita auxilia o sujeito a realizar certo contorno e, mesmo, dar certo ordenamento àquilo que não pode ser integrado no psiquismo” (Antonello, 2016, p. 88). Levi (1998) apontava que, escrevendo, “experimentava a mesma sensação que se observa durante uma terapia psicanalítica, quando contando a própria história é possível libertar-se dela” (p. 173). Mas porque então a inclinação a escrever diante da narração oral?

“Porque o papel é um material muito tolerante. Pode-se escrever nele qualquer barbaridade, e ele nunca protesta: não é como o madeiramento das estruturas nas galerias das minas, que range quando está sobrecarregado e quase desaba” (Levi, 2009, p. 55). Poder-se-ia completar: o papel não é como as pessoas, não vira as costas, não desacredita, não desmente. O papel tudo aceita, simplesmente. Encontrar um bom ouvinte para histórias de dor não é fácil. Escutar não é fácil. É ser depósito da violência. “Escutar é implicar-se naquilo que, ouvido, é testemunhado, é tornar-se testemunha da testemunha. Escutar a dor do outro significa, antes de tudo, suportá-la e reconhecê-la” (Antonello, 2016, p. 20). O escrito de Vania (2019) corrobora tal tese quando afirma que “*muitas pessoas ofendem-se com o que passo a relatar*”.

³ Fort-Da foi a denominação dada e descrita por Freud (1920/1996), em *Além do princípio do prazer*, a uma brincadeira realizado por seu neto quando a mãe se ausentava. O jogo consistia em repetidamente arremessar objetos para longe e então buscá-los. Freud observou que, através do jogo, repetindo e figurando a ausência e a presença, a criança conseguia lidar com sua angústia, obtendo certo controle sobre a situação.

Além disso, Vania não encontrou no Outro o amparo para a violência quando contou para a sua mãe sobre o abuso sexual que havia sofrido, como é evidenciado na passagem: “*no dia seguinte, ao estupro, sua mãe a viu chorando e disse que a culpa era dela*”⁴ (Vania, 2019). Pelo contrário, ela passou pelo que Ferenczi (1934/2011) chama de o segundo momento do trauma, que diz respeito ao modo de reação das pessoas próximas à vítima da violência.

⁴ Em grande parte do texto, Vania se refere a si mesma em terceira pessoa, contando a história de uma menina, que hoje é ela.

3 CLÍNICA DO TRAUMA

Laplanche e Pontalis (1996) apontam que trauma e traumatismo são termos utilizados em medicina e cirurgia há muito tempo. Trauma, com origem do grego, designa uma ferida com ruptura; traumatismo seria reservado para as consequências, no conjunto do organismo, de uma lesão resultante de violência externa: “a psicanálise retomou estes termos (em Freud apenas encontramos trauma), transpondo para o plano psíquico as três significações que neles estavam implicadas: a de um choque violento, a de uma efração e a de consequências sobre o conjunto da organização” (p. 522).

Para os estudos psicanalíticos, o trauma foi objeto inicial e central e, ainda hoje, é muito discutido, originando diversas teorias de autor para autor. Com o objetivo de uma breve recapitulação, limito-me a desenvolver reflexões acerca do conceito de trauma pela ótica de apenas dois autores. Primeiramente de Freud, que inaugura a clínica traumática. Posteriormente, de Ferenczi, que aborda o trauma sob uma ótica considerada mais social, necessária para entender algumas particularidades referentes ao âmbito da escrita de testemunhos traumáticos.

3.1 O trauma para Freud

Freud apresenta pelo menos duas teorias sobre o trauma. A primeira (1893-1897), chamada também de teoria da sedução traumática, foi originada a partir dos seus estudos sobre a sexualidade e aponta como traumático o encontro com o sexual. Ela aparece como a hipótese inicial etiológica da histeria:

Freud postulava que a histeria era produto de um trauma sexual real (abuso sexual por parte de um adulto) ocorrido no período anterior à maturação sexual (puberdade). Após a puberdade a situação de abuso era evocada por meio de lembranças, que após a maturação sexual ganhavam conotação traumática, dando origem ao chamado trauma *a posteriori*. Contudo, em 1897, essa hipótese é abandonada. (Antonello, 2016, p. 15)

A segunda teoria do trauma é apresentada em *Além do Princípio de Prazer* (1920): “esta nova aceção do tema foi inicialmente imposta a Freud pelos casos de neurose traumática pós-guerra que resultavam de acidentes dolorosos recentes que, aparentemente, não tinham qualquer relação privilegiada com objetos sexuais” (Favero, 2009, p. 36). A partir da segunda teoria das pulsões, Freud desenvolve a noção de neurose traumática que se refere a rupturas do psíquico, causadas por estímulos muito fortes ou intensos, que ultrapassam a possibilidade de sua assimilação pelo eu. Devido ao susto, ou fator surpresa, o eu não

consegue se preparar adequadamente para o enfrentamento. Assim, o aparato psíquico não é capaz de acionar o contrainvestimento dos sistemas receptivos. É esse contrainvestimento que auxilia a diluição ou quebra em pequenas parcelas da excitação proveniente do exterior. Quando há uma falha no processamento da energia que chega ao aparato psíquico, não há captura ou ligação da energia pulsional:

Entende-se que o aparato psíquico falhou em inscrevê-la sob a forma de traço mnêmico e, conseqüentemente, como representação. A produção de representações, a partir da energia pulsional, só pode ocorrer se tal energia for ligada ou processada, aspecto essencial para a formação da memória na concepção freudiana. (Antonello, 2016, p. 15)

Assim, a produção da representação fica impossibilitada e o aparelho psíquico só pode descarregar a energia excedente através de insistentes e monótonas repetições da mesma cena – a do trauma. Freud aponta esse fenômeno como compulsão à repetição, que tem o propósito de revelar, por meio da ligação com uma imagem nos sonhos traumáticos ou em estados quase-alucinatórios, impressões que permaneceram desligadas (Guzmán & Derzi, 2021). Nas palavras de Freud (1920/2011, p. 195-196): “tais sonhos buscam lidar retrospectivamente com o estímulo, mediante o desenvolvimento da angústia, cuja omissão se tornara a causa da neurose traumática”. “Portanto, sonhos traumáticos têm o propósito de recolocar em movimento a cena traumática, para tentar reestabelecer o princípio do prazer que foi paralisado pelo trauma” (Guzmán & Derzi, 2021, p. 7). Assim, é possível pensar na literatura do testemunho como oriunda de uma compulsão à repetição, mas que, diferentemente das demais reproduções, pode ser eficiente, em virtude de outros atributos que serão trabalhados mais à frente.

Não havendo representação para o trauma, instaura-se o dilema da impossibilidade de narrar o que é indecifrável e inacessível. “A literatura de testemunho nasce, portanto, apoiada sobre um paradoxo: a *necessidade* de escrever aquilo que é impossível de ser escrito” (Antonello, 2016, 147). Vania (2019) deixa explícito a impossibilidade de uma representação real do trauma sofrido quando escreve: “*as histórias que seguem são pouco perto do que passei, me acompanham desde cedo.*”

Sobre a questão temporal, Seligmann-Silva (2008) refere que “na situação testemunhal o tempo passado é tempo presente” (p. 69), um paralelo com a situação traumática, que é caracterizada, mais especificamente, “por ser uma memória de um passado que não passa” (p. 69). Dolci e Weinmann (2020) reforçam que:

A temporalidade do trauma é sempre atual, isto é, revela a impossibilidade de se afastar do evento traumático. Aquilo que justamente se quer esquecer, assombra. No recalque, uma parte da memória se suspende, se separa da consciência, não aflora na lembrança, se representa nas formas cifradas por sintomas, sonhos, lapsos. No trauma, o evento retorna real, porque não se inscreveu para ser recalçado. (p. 63)

O registro de Vania (2019) consegue apontar exatamente esse caráter (a)temporal do trauma quando relata: *“esse foi o dia mais terrível de toda minha vida, passe o tempo que foi não esquecerei”* e *“lembro como se estivesse acontecendo agora”*.

3.2 O trauma para Ferenczi

O trauma para Ferenczi (1934/2011), aquele que não seria estrutural, mas patogênico, o trauma desestruturante, acontece em dois tempos. O primeiro momento chama-se de choque e age de maneira esmagadora sobre o sujeito, não podendo oferecer qualquer resistência (Osmo & Kupermann, 2012). De acordo com Ferenczi (1934/2011), *“o choque tem um caráter súbito para o qual o sujeito não está preparado e acarreta a aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do si mesmo”* (p. 125),

O segundo tempo do trauma patológico, o desmentido⁵, pode ocorrer no momento em que se procura, desorientado, alguém de confiança para encontrar um sentido ao que acabara de acontecer (Osmo & Kupermann, 2012): Assim, *“o desmentido acontece quando a reação dessas pessoas expressa incompreensão, silêncio, quando se age como se nada tivesse acontecido, como se não fosse importante, ou então quando a fala do sujeito que tenta se expressar é desautorizada”* (p. 478). Seguem os autores:

Diante desse tipo de reação, fica muito difícil para o sujeito conseguir sustentar sua própria opinião a respeito do que viveu. Quando as pessoas de sua confiança não podem corresponder às suas expectativas de ser compreendido, de ser auxiliado a representar o que aconteceu, ele próprio passa a ter dificuldade em acreditar em si mesmo. (p. 478)

A partir da ótica traumática de Ferenczi, pode-se observar que Vania expressa em diversas passagens do seu texto a culpa que carrega consigo, demonstrando a dificuldade em acreditar no seu estatuto de vítima, após ter sido desvalidada diversas vezes por terceiros, inclusive por sua mãe, figura de cuidadora. *“Hoje ela sente-se podre por dentro, suja, carrega dentro de si uma culpa que não é dela, não consegue sair de casa sozinha, não dirige*

⁵ Traduzido do termo alemão *Verleugnung*, contempla expressões tais como “desmentido”, “descrédito”, “desautorização” e “não reconhecimento”.

mais” (Vania, 2019). Todavia, é interessante reparar como ela demonstra ter o conhecimento de que a culpa não é sua, mas, ainda assim, segue carregando-a, como se pode observar no fragmento: *“nunca tinha contado para ninguém, o medo, a solidão, a falta de compreensão das pessoas fizeram com que eu carregasse calada uma culpa, que não é minha”* (Vania, 2019).

Em outro momento, ela evidencia o caráter de dúvida sobre si mesma, que corresponde também a uma das consequências do desmentido. Assim, endereça o questionamento ao outro sobre a possibilidade de ter tido culpa: *“apesar, de tudo o que eu passei, em vários momentos sinto-me culpada e muitos querem que eu me sinta assim. Como pode ter culpa uma criança de sete, oito anos, quando molestada e tocada nas partes íntimas”* (Vania, 2019).

4 O OLHAR DO OUTRO

A potência de escrever como um dispositivo para a resolução de traumas se torna evidente no seu aspecto quanto à repetição e à figuração. Entretanto, seria apenas isso o suficiente? “12 de junho de 1942 – espero poder contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma fonte de conforto e ajuda”, foi o relato de Anne Frank (2011, p. 11) em seu diário, advertindo que, mesmo escrevendo, ainda necessitava do reconhecimento do Outro. Podemos pensar que é somente a partir do “encontro entre o sobrevivente e o ouvinte que torna possível o ato de testemunhar. Esse outro, que participa do testemunho, tem um papel na luta do sujeito em não se perder e em não submergir no trauma” (Osimo & Kupermann, 2017, p. 486). Dito de outro modo, o ato testemunhal só se torna possível – e restaurador – na medida em que é compartilhado com o outro. Vania demonstra essa importância ao publicar seus textos em domínio público; escrever para si mesma não parece ter o mesmo valor que endereçar o sofrimento a alteridades:

O trabalho com sobreviventes de situações de violência extrema acabou por destacar o efeito terapêutico dessa forma de relato endereçado a alguém, seja ele oral ou escrito. Testemunhar indica-nos uma maneira pela qual alguma vítima de situação traumática consegue dar destino para a violência sofrida, que não o da paralisia ou da submissão. Sobretudo, a literatura de testemunho nos sinaliza a importância do reconhecimento proveniente do outro, seja ele leitor, ouvinte ou analista nesse processo. (Antonello, 2016, p. 14).

Em um trecho do material escrito por Vania (2019), ela traz o motivo de nunca ter exposto o acontecido para ninguém: “*nunca tinha contado para ninguém, o medo, a solidão, a falta de compreensão das pessoas fizeram com que eu carregasse calada uma culpa, que não é minha.*”. Torossian (2009) afirma que o gesto de reelaboração de um trauma não pode ser solitário, necessita do olhar do Outro sobre a transformação, para que potencialize os recursos do sujeito num processo de construção de novos sentidos para o traumatismo. Assim, compartilhar um trauma implica também em compartilhar uma responsabilidade ao ouvinte/leitor daquilo que se testemunhou, tornando menos solitária a luta pela resolução traumática: “ao escutar, o ouvinte é automaticamente transformado em testemunha” (Antonello, 2016, p. 148).

Entretanto, a tentativa de Vania de reelaborar seu trauma contando sua história para algumas pessoas, como sua mãe, foi uma tentativa falha, que não trouxe amparo, mas descredibilização. Como Torossian (2009) também aponta, existe a possibilidade de um efeito contrário na busca desse olhar, que muitas vezes acentua ainda mais um abandono. No

caso de Vania, procurando compaixão ela encontrou julgamento nos olhares dos familiares e muitos conhecidos, que a acusaram de “*escandalizar um fato e envergonhar a família [...] diante disso ainda sou acusada por alguns, como se a culpa fosse minha [...] ainda hoje muitos me julgam e dizem que sou a vergonha da família*” (Vania, 2019). Nesse caso, “o desmentido, enquanto não validação das percepções e dos afetos de um sujeito, pode ser entendido como um reconhecimento recusado” (Gondar, 2012, p. 200). Mesmo que em momento algum Vania tenha sido acusada de mentir, foi projetada nela, a vítima, a culpa pelo próprio abuso. Essa projeção de culpa configura o desmentido na medida em que não admite o trauma sofrido por ela.

O olhar do Outro se torna importante na reelaboração de um trauma na medida em que proporciona o avesso do desmentido, ou seja, o reconhecimento. Ele é entendido, para Gondar (2012), como uma necessidade vital que todo indivíduo possui de ser visto, ouvido, aprovado e respeitado pelas pessoas que o cercam. Afinal, todo o sujeito “almeja o reconhecimento de sua dor e sofrimento, da expressão de seu sintoma enquanto algo do qual se queixa, mas que também é uma parte de si, da sua história, dos caminhos escolhidos e de sua sobrevivência diante das inevitáveis batalhas” (Brum, 2021, p. 88).

A necessidade de validação fica evidente quando Vania (2019) endereça o relato ao terceiro:

Você faz ideia do que é acordar no meio da noite, assustada, mesmo que a pessoa que está ao lado apenas ofereça o ombro, mas imaginar-se molestada. Você faz ideia do que é ter vontade de arrancar partes do seu corpo, sentir-se mesmo viva como se estivesse morta em outra dimensão. Esta tem sido a minha vida nos últimos meses.

Quando o reconhecimento por parte do Outro ocorre, “devolve para os sobreviventes alguma confiança na comunicabilidade, tanto com eles mesmos, por meio de suas memórias, quanto com um mundo que permanece um lugar inseguro” (Hartman, 2000, p. 212). Em outras palavras, até então o indivíduo tem instaurado apenas as consequências do desmentido, tendo uma percepção desamparadora do Outro e dúvida de si mesmo. Ao ser reconhecido pelo Outro, irrompe com a possibilidade de sentir-se acolhido e, portanto, traz também confiança ao seu eu, que se demonstrou digno de validação. Afinal, “é o outro que garante nossa sobrevivência, nos insere no universo cultural, auxilia na fundação de nosso próprio eu e psiquismo; é nosso suporte, não somente durante a infância, mas também durante o decorrer da vida” (Antonello, 2019, p. 187).

Vania (2019) deixa explícito a necessidade de fazer com que os demais a sua volta entendam o motivo de suas abdições:

Mas vou relatar tudo, não para me justificar e não quero que ninguém sinta pena de mim. Não preciso. Quero apenas fazer com que as pessoas compreendam, porque deixei para trás sonhos, profissão, uma vida. Escrever e descrever está angustia tem melhorado um pouco os meus dias.

Contudo, podemos pensar que a compreensão do outro designa um espelhamento para que ela mesma consiga dar sentido ao que foi experienciado e suas consequências posteriores. Escrever sobre o trauma é uma tentativa de torná-lo legível para si e para o outro que lê. Sobreviver a uma realidade indecifrável faz com que se procure o outro para ajudar a compreendê-la, compartilhá-la e dar significado ao que foi vivido (Antonello, 2016).

Cabe, novamente, a reflexão sobre o benefício da escrita em detrimento à narração oral. Escrever um testemunho pode ser uma alternativa para evitar, *a priori*, o desmentido, já que o relato não necessariamente será endereçado a alguém específico, mas a quem realmente estiver disposto a entrar em contato com a narrativa. Dito de outro modo, escrever um relato seria

Uma forma de evitar o contato direto com o outro, protegendo-se do desmentido, mas é também uma maneira de compartilhar o trauma, de tornar o outro participante através da escrita. Uma vez que, precisamos efetivamente, do reconhecimento do outro, pois somos originalmente seres relacionais. (Antonello, 2016, p. 146)

Outra fonte que se pode abordar são as reflexões de Derrida (1991) acerca da comunicação. O termo iterabilidade⁶ é cunhado para designar a propriedade de repetição de todo signo, mesmo na ausência de seu referente ou de seu significado. Isto é, a possibilidade de o testemunho ser ligado à transmissibilidade da memória, sendo uma ponte que religa o sobrevivente aos outros, podendo construir uma memória social quando tornada pública. Assim, a iterabilidade constitui a característica de evidenciar a alteridade na repetição, criando na escrita uma marca, uma memória, que Derrida (1991) apresenta como “máquina produtora, por sua vez, que no meu futuro desaparecimento não impedirá, em princípio de funcionar e de dar, dar-se a ler e a reescrever” (p. 20). Portanto, mesmo com o

⁶ O conceito de iterabilidade surge a partir de uma longa discussão entre Jacques Derrida e John Searle a respeito da obra de John Langshaw Austin, durante os anos de 1977 a 1990. A palavra deriva do termo *iter* – que, proveniente do latim, é “repetir” ou “aquilo que pode ser repetido”; tendo raízes na palavra em sânscrito *Itara* – que significa “outro” ou “alteridade”.

desaparecimento do seu referente (neste caso, do sobrevivente), haverá um legado a ser perpassado através da memória da alteridade.

A escrita testemunhal pode ser considerada iterável, já que diz respeito a um relato que é lançado no tempo e no espaço a partir de experiências, que poderão ser atualizadas pela leitura dos outros, concebendo um aspecto de transcendência de memórias. “Assim, evita-se o esquecimento e o desmentido, pois o que é narrado desloca-se no tempo, mesmo após a morte do autor” (Antonello, 2016, p. 141). Evitar o desmentido torna-se essencial para o reconhecimento, como já abordado. Mas o *não esquecimento* inaugura outra instância significativa para o ato da escrita.

5 A MEMÓRIA PARA ALÉM DA MORTE

Apesar de narrativas escritas e orais cumprirem papéis muito semelhantes diante da clínica do trauma, a escrita possui propriedades diferentes da oralidade. Como Benjamin (2012) aponta:

A informação só tem valor no momento que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que explicar-se nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos. (p. 220)

Desse modo, é perceptível a função do registro escrito como marcador permanente de uma memória, que mesmo sendo suscetível a atualizações perante sua característica iterável, tem também o caráter da transtemporalidade, podendo integrar o ser humano a um saber do passado que poderia lhe ser estranho (Borges, 2018).

Dolci e Weinmann (2020) afirmam que “o testemunho, então, tem a função de salvar a memória pela palavra, de dar a prova pelo discurso, porque torna público o que seria apagado como rastro da história” (p. 66). Entretanto, podemos pensar que o testemunho oral nem sempre possui um grande alcance social, principalmente quando o trauma se desenvolve em um ambiente micro. Assim, narrativas orais estão passíveis a desaparecerem no esquecimento, pois existem apenas no âmbito da fala, atrelando sua sobrevivência à sobrevivência dos sujeitos que a carregam em sua memória.

Percebe-se, assim, a importância da escrita para estabelecer a memória como legado do esquecido, atravessando o tempo que poderia tê-la aniquilado. Por outro lado, não se pode cair no engano de um absolutismo da conservação do escrito; o papel é tão precíval como o ser humano, por vezes até mais. A título de exemplo: nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial tanto papéis quanto pessoas passaram por uma tentativa de aniquilação, a fim de esconder os rastros dos horrores cometidos nos campos de concentração (Gagnebin, 2006). Assim, não podemos negar “a consciência da fragilidade essencial do rastro, da fragilidade essencial da memória e da fragilidade essencial da escrita” (p. 44), apesar de procurarmos a todo o custo a segurança de uma perenidade.

Ousaria sugerir, portanto, que quando a transmissibilidade oral está ameaçada, isto é, impedida de ser amplamente compartilhada, a busca por uma alternativa capaz de conservar o discurso por vias materiais se faz mais conveniente e segura. Esse padrão pode ser visto no suicida, a partir do ato de registrar suas últimas palavras antes de morrer, como Freitas (2018) afirma, que são “deixadas, em sua maioria, como uma forma de testemunho da vida” (p. 11).

Dito de outro modo, “a decisão de escrever, gravar ou filmar algo como ‘últimas palavras’ antes do fim, parece uma tentativa de se perpetuar na lembrança dos que ficam, uma aposta em ser ouvido, a derradeira chance de falar de uma vida que só ele conhece” (p. 39).

5.1 Imortalidade Simbólica

Por meio de tantas argumentações já apresentadas, é indiscutível a prática do ser humano de produzir, da forma que seja, rastros perenes para a sua história. Mas o que impulsiona essa busca? Lifton⁷ funda o conceito de *Imortalidade Simbólica* para explicar o que seria uma tendência universal de manutenção de um sentimento interno e contínuo de relação simbólica, ao longo do tempo e do espaço, com vários elementos da vida. Isto é, ela refletiria uma procura universal compulsiva da continuidade simbólica com os que nos deixaram e que virão depois da nossa finita vida individual. A preservação dessa relação simbólica é associada com a preservação da espécie e, por isso, reduziria a angústia que a perspectiva de morte provoca no ser humano (Dias & Loureiro, 2005).

Dias e Loureiro (2005) explicam que a imortalidade simbólica

Não se trata apenas de um projeto individual, mas faz parte do processo de socialização, das famílias e grupos, como no projeto histórico coletivo (sociedade). Assume-se como a procura de um sentido para a vida, inscrevendo-se tanto na esperança no futuro, na manutenção da cultura e dos saberes adquiridos pela espécie humana, como no absurdo da própria existência humana. (p. 123)

Para tanto, cinco modos podem designar o sentimento de imortalidade simbólica: o modo biológico, modo criativo, modo religioso, modo contato com a natureza e modo experiência transcendental. Aqui nos interessa a segunda forma, o modo criativo, que se dá pela produção material, intelectual e invenção (Figueiredo, 1993), caracterizando os escritos de testemunho, inclusive o de Vania.

O modo criativo da imortalidade simbólica cumpre sua função na tentativa de reelaboração traumática na medida em que dá sentido às produções de registros, por serem capazes de transcender tempos e espaços possivelmente inalcançáveis pela via oral.

A produção criativa, contrária à imitação, terá o efeito de deixar algo para além da morte, na memória e na recordação dos outros indivíduos com os quais se relacionou, ou seja, a transitoriedade da existência é suportada pela produção criativa, que dá sentido à própria existência e permite ao indivíduo a realização individual. Todo o indivíduo é impelido a criar e a produzir dentro do seu âmbito

⁷ Robert Jay Lifton, psiquiatra norte-americano, cunhou o conceito de Imortalidade Simbólica em 1973, em sua obra “The sense of Immortality: on death and the continuity of life”.

de especialidade, seja como poeta, pintor, trabalhador, etc. (Dias & Loureiro, 2005, p. 124)

Nesse sentido, os escritos conseguem simbolizar a eternização de uma luta, que poderá ser reconhecida além da finitude do sobrevivente. A força para superar os acontecimentos traumáticos se fará como seu legado. A angústia que outrora era gerada pelo medo de aniquilamento atenua-se diante da perspectiva –mesmo incerta- de uma permanência. Ser lembrado é ser reconhecido. Ser lembrado por atributos positivos como força, resiliência e superação (geralmente associados a vivências traumáticas) sustenta também o caráter narcisista do ser humano.

5.2 Segunda morte

Quando se fala sobre a imortalidade e a finitude do ser humano, não se pode deixar de pensar na elaboração feita por Lacan (1959-1960/1997) acerca da morte em Antígona⁸. Na tragédia, após a morte de Antígona, o seu sepultamento foi proibido. Assim, além da primeira morte, que seria o fim da vida orgânica, Antígona sofreu o efeito de uma segunda morte causada por essa proibição; uma morte simbólica, a morte do nome, a inexistência (Guerra, Burgarelli, Chatelard & Maesso, 2017). Isso porque

o ato do funeral preserva o registro do ser enquanto nome, é a marca da existência em memória daquele que entrou no campo da linguagem e se situou também no campo simbólico. Dar lugar ao corpo sepultado é também dar lugar simbólico à morte, é bordejar, dar palavras, lembranças, trazer simbólico em torno do vazio, da inexistência impossível de ser nomeada que é a morte. (p. 73)

Deste modo, o desaparecimento físico do corpo não indica o final definitivo do sujeito. Isso acontece somente como efeito da sua segunda morte, quando já não se subsiste e nem se permanece na ordem simbólica, quando não há nada que possa lhe ser atribuído ou que lhe faça referência; nada que o evoque como nome. Nesse ponto se produz o aniquilamento (Campalans, 2020). Diante disso, Campalans (2020) evidencia que

a segunda morte já não ameaça com o desaparecimento físico, mas sim com o esquecimento como absoluto, ou seja, com o desaparecimento na dimensão do simbólico. Digamos assim: mais além da primeira, poderia existir a eternidade; mais além da segunda, não há nada mais do que a “nadição” do real. (p. 45)

É possível então pensar que, “sem que se saiba, talvez a segunda seja a mais temida pelo sujeito em vida, em relação à primeira, que sempre implica alguma ilusão de eternidade,

⁸ Antígona é a terceira peça da trilogia tebana de Sófocles. Foi abordada por Lacan (1959-1960/1997) no Seminário 7: a ética da psicanálise, trazendo reflexões acerca da relação entre o sujeito e a morte.

mesmo que seja a de morrer eternamente” (Campalans, 2020, p. 45). E talvez pelo temor de uma segunda morte se busque uma preservação de nossas marcas, recorrendo a diversas modalidades de imortalização simbólica. Pode-se acrescentar também que, às vezes, a segunda morte antecipa a primeira, quando há renúncia absoluta a qualquer pretensão de transcendência, quando há um apagamento do simbólico como sujeito; “morto em vida, antes de se converter em um defunto” (p. 46).

Por essa ótica, pode se pensar nos registros testemunhais como uma forma de evitar o apagamento simbólico do sujeito, já que seriam um legado de sua existência. Além da materialidade tangível do registro, que lhe confere por si só a qualidade de longevidade, seu caráter abrangente de transmissibilidade através do tempo e espaço proporciona que seu significante continue alcançando os outros continuamente. Dessa forma, seu patrimônio encontra abrigo no outro, como no caso de Antígona que, ao infringir as leis sepultando seu irmão, continuou seu registro de ser.

No caso de Vania, a perpetuação do seu legado – que impediria a segunda morte e garantiria a imortalidade simbólica – se dá através da divulgação de seu testemunho. Os registros estão, mais do que nunca, subsistindo à temporalidade, graças ao caráter perene dos meios digitais, nos quais Vania submeteu seu relato. Além da própria permanência do seu registro, a marca de Vania será perpetuada também pelos sujeitos que, de alguma forma, incorporaram às suas vidas os elementos contidos na narrativa, como aprendizados. É nítido esse desejo de Vania (2019), como se pode perceber nos trechos a seguir:

Este texto e os demais que seguem, serão publicados nos próximos dias e servirão para alertar meninas e meninos que passam por maus tratos e situação de estupro. A Sociedade está cheia de monstros como o descrito e mais do que isso, muitas vezes acobertados por cúmplices.

Irá escrever para ajudar outras meninas, moças e mulheres que passam pela mesma situação, para não chegarem onde eu cheguei.

Dedicar sua vida a fazer palestras gratuitas sobre maus tratos e abusos e um dia quem sabe escrever um livro.

E se alguém que está lendo estes textos e passando, ou vivenciando o que eu passei e vivi, denuncie, me chame no privado ou no público, serei a sua voz. Quero morrer em Paz, na certeza do dever e da missão cumprida.

6 RASTROS E (IR)RESOLUÇÕES

O caso de Vania ilustra perfeitamente as tessituras entre teoria e vida. Quantos de nós não somos *Vanias* tentando encontrar saídas para o apaziguamento dos nossos demônios? Quantas *Vanias* não estão por trás de cada música, filme, livro e outras artes que diariamente estão presentes em nossas vidas? A tentativa de reelaboração traumática é árdua e, muitas vezes, falha; uma luta interna, solitária, mas que depende demasiadamente do Outro.

O olhar do Outro consegue cumprir a função de trazer reconhecimento, mas, além disso, é só a partir dele que a imortalidade simbólica se instaura. Isso porque os vestígios ou marcas só adquirem função de letra a partir do momento em que são lidas pelo Outro ou a partir do Outro (Campalans, 2020). Paradoxalmente, para que o significante chegue ao alcance dos Outros, através do tempo e espaço, trazendo o reconhecimento tão buscado pelo ser humano, é preciso que uma segunda morte seja evitada, procurando, portanto, eternizar o relato. O registro de narrativas cumpre essa incumbência na medida em que é capaz de proporcionar a transmissibilidade, através de sua alta propriedade de preservação e de seu caráter pungente, que atrai o interesse alheio.

Mesmo não sabendo a rigor de todos esses processos, parece natural ao ser humano desempenhar tal luta contra o seu apagamento a partir da escrita. Nem sempre a resolução do trauma se mostra como uma possibilidade, em decorrência da dificuldade disso – a resolução de um trauma – ocorrer. Entretanto, imortalizar seu legado, na esperança de que um dia seja reconhecido por alguém, consegue se tornar o suficiente para amenizar o sofrimento traumático. Às vezes, a [expectativa da] cura está calcada apenas na frágil esperança de um reconhecimento futuro, que acabe com as consequências do desmentido, mesmo que isso só aconteça para além da morte. Afinal, a incorporação de rastros simbólicos no espaço instaura a possibilidade de evitar uma segunda morte; a possibilidade da sobrevivência à morte.

7 REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (1998). Conselho de Saúde Suplementar - CONSU. Resolução CONSU n.º 11/1998, de quarta feira - 04.11.98. Dispõe sobre a cobertura aos tratamentos de todos os transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde. Brasil: Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- ANTONELLO, D. F.. (2016). Trauma, memória e escrita: uma articulação entre a literatura e a psicanálise. 158 f. Tese (Doutorado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ANTONELLO, D. F.. (2019). Testemunhar - Um modo de compartilhar o trauma. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* [online], v. 22, n. 2, pp. 180-189. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-44142019002005>.
- BENJAMIN, W.. (2012). *Obras Escolhidas Volume – I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Walter Benjamin tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- BORGES, G. C. C.. (2018). *A Ideia de Narrativa de Walter Benjamin e seus Desdobramentos*. REVISTA LAMPEJO , v. 6, p. 63-77.
- BRASIL. (2001). Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF.
- BRUM, S.. (2021). Trauma e reconhecimento na clínica psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online],v. 24, n. 1, pp. 75-91. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n1p75.5>.
- CAMPALANS, L.. (2020). Da transitoriedade à segunda morte. *Calibán - RLP*, 18(2), 40-50.
- DERRIDA, J.. (1991). *Assinatura acontecimento contexto*. In *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus. Trad. Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães, p. 349 – 373.
- DIAS, C. A., & LOUREIRO, L. M. J.. (2005). Sentimento de imortalidade simbólica e ansiedade perante a morte em toxicodependentes. *População e Sociedade*, Porto. n.12, p.123-132.
- DOLCI, L. N., & WEINMANN, A. de O. (2020). Trauma em transe/Traumatisme en transe. *Deslocamentos/Déplacements: revista franco-brasileira interdisciplinar de psicanálise, [S. l.]*, v. 1, n. 2, p. 58–86.
- FAVERO, A. B. (2009). A noção de trauma em psicanálise. *Psicologia Clínica* [online], v. 21, n. 2, pp. 486. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000200017>.
- FERENCZI, S. (2011). *Reflexões sobre o trauma*. In S. Ferenczi [Autor], *Obras completas: Psicanálise IV*. São Paulo: WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1934)

- FRANK, A. (2011). *O diário de Anne Frank: edição integral*. Rio de Janeiro: Record.
- FIGUEIREDO, E. (1993), *Angústia Ecológica e o Futuro*, Lisboa: Ed. Gradiva.
- FREITAS, K. N. de.. (2018). Por que matar-se? "Cartas de despedida" de suicidas à luz da Psicanálise. 81f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Bacharelado em Psicologia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Campus Campina Grande - Paraíba - Brasil.
- FREUD, S. (1920/2011). Além do Princípio de Prazer. In S Freud, *Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos* (Vol.18, pp. 13-75). São Paulo: Companhia das Letras.
- GAGNEBIN, J. M.. (2006). *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Ed.34.
- GONDAR, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise - CPRJ*, 34(27), 193-210.
- GUERRA, M. N., BURGARELLI, C. G., CHATELARD, D., & MAESSO, M.. (2017). A morte-corte do significante: entre Antígona e Equivalentes. *Tempo psicanalítico*, 49(1), 62-79.
- GUZMÁN, M. & DERZI, C. A. M.. (2021). O trauma e seu tratamento: contribuições de Freud e Lacan. *Revista Subjetividades*, 21(1), e9254. DOI: <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e9254>
- HARTMAN, G. (2000). Holocausto, testemunho, arte e trauma. In Nestrovsky, A., & Seligmann-Silva, M. (Orgs.), *Catástrofe e representação* (p. 207-235). São Paulo: Escuta.
- LACAN, J. (1997). O seminário, livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1959-1960)
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J-B. (1996). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEVI, P.. (1998). *Entrevistas y conversaciones*. Ed. Peninsula: Barcelona.
- LEVI, P.. (2009). *A chave estrela*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OSMO, A., & KUPERMANN, D.. (2012). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em estudo*, 17(2), 329-339.
- OSMO, A., & KUPERMANN, D.. (2017). Trauma e testemunho: uma leitura de Maryan S. Maryan inspirada em Sándor Ferenczi. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro , v. 29, n. 3, p. 471-493.
- MACIEL, C. P. R.. (2016). Literatura de testemunho. *Opiniões*, n. 9. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2016.124618>

RIBEIRO, A. S.. (2010). Memória, identidade e representação: Os limites da teoria e a construção do testemunho, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [En línea], 88, p 9-21. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1689>

SALGUEIRO, W.. (2012). O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 19, n. 31.

SELIGMANN-SILVA, M.. (2008) Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82.

TOROSSIAN, S. D. .(2009). Entre Fadas e lobos: um dispositivo para escutar a dor. *Correio da APPOA* , v. 182, p. 54-53.

VANIA. (2019) .Histórias de uma vida. Rio Grande do Sul. Facebook: usuário do Facebook.